



CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA À EDUCAÇÃO BÁSICA E O PROBLEMA DA PSICOLOGIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO NARRATIVA

Marcele Pereira da Rosa Zucolotto¹

Resumo

O lugar ocupado historicamente pelas teorias psicológicas acabou por produzir o processo de psicologização da educação, ou seja, quando problemas educacionais são reduzidos, quase exclusivamente, a problemas psíquicos individuais ou familiares. Assim, a Psicologia acabou estabelecendo um percurso de legitimação de práticas adaptacionistas e de exclusão que, contemporaneamente, vem sendo repensado por teorias que buscam reinserir o social como pilar importante a sustentar as explicações de problemas relacionados à aprendizagem e à educação. Por meio de uma pesquisa de revisão bibliográfica narrativa, busca-se repensar sobre as reais contribuições da atuação da Psicologia ao campo da Educação Básica considerando o fenômeno da psicologização da educação. Entende-se que a Psicologia só poderá contribuir a esta esfera da educação se fortalecer, através de um olhar crítico sobre suas teorias e práticas, um modo pensar e de operar que procure romper com sua história de psicologização e de adaptação social.

Palavras-chave: Psicologia. Psicologização. Educação.

CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGY TO BASIC EDUCATION AND THE PROBLEM OF THE PSYCHOLOGIZATION OF EDUCATION: A NARRATIVE REVIEW

Abstract

The place occupied historically by psychological theories eventually produced the process of psychologizing education, that is, when educational problems are reduced, almost exclusively, to individual or family psychic problems. Thus, Psychology ended up establishing a path of legitimation of adaptational practices and exclusion that, at the same time, has been rethought by theories that seek to reinsert the social as an important pillar to support the explanations of problems related to learning and education. Through a research of narrative bibliographical revision, it is sought to rethink about the real contributions of the performance of Psychology to the field of Basic Education considering the phenomenon of the psychologization of education. It is understood that psychology can only contribute to this sphere of education by strengthening, through a critical eye on its theories and practices, a way of thinking and of operating that seeks to break with its history of psychologization and social adaptation.

Keywords: Psychology. Psychologization. Education.



CONTRIBUCIONES DE LA PSICOLOGÍA A LA EDUCACIÓN BÁSICA Y EL PROBLEMA DE LA PSICOLOGIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN: UNA REVISIÓN NARRATIVA

Resumen

El lugar ocupado históricamente por las teorías psicológicas acabó por producir el proceso de psicologización de la educación, o sea, cuando problemas educativos se reducen casi exclusivamente a problemas psíquicos individuales o familiares. Así, la Psicología acabó estableciendo un recorrido de legitimación de prácticas adaptacionistas y de exclusión que, contemporáneamente, viene siendo repensado por teorías que buscan reinsertar lo social como pilar importante a sostener las explicaciones de problemas relacionados al aprendizaje ya la educación. Por medio de una investigación de revisión bibliográfica narrativa, se busca repensar sobre las reales contribuciones de la actuación de la Psicología al campo de la Educación Básica considerando el fenómeno de la psicologización de la educación. Se entiende que la Psicología sólo podrá contribuir a que esta esfera de la educación se fortalezca, a través de una mirada crítica sobre sus teorías y prácticas, un modo de pensar y de operar que trate de romper con su historia de psicologización y de adaptación social.

Palabras clave: Psicología. Psicologización. Educación.

INTRODUÇÃO

No afã de encontrar explicações e apoio teórico, conceitual e técnico sobre a aprendizagem, bem como sobre os problemas que pudessem estar aí relacionados, a grande área da Educação vem buscando contribuições pertinentes da Psicologia. Esta busca, historicamente marcada por inúmeros impasses, foi exigindo da Psicologia um grande apanhado de teorias, técnicas e métodos sobre as maneiras de ensinar, bem como sobre os modos humanos de aprender.

Entretanto, este longo percurso histórico, que travou o entrelaçamento entre os campos da Psicologia e da Educação, foi demonstrando contribuições, muitas vezes, marcadas pela vontade de adaptar e ajustar socialmente aqueles sujeitos que, de algum modo, apresentavam algum desvio do esperado para seu estágio desenvolvimental.

Com efeito, a própria história da Psicologia é marcada por uma perspectiva de identificação de distúrbios e de correlatas correções. Esta foi, primordialmente, a grande função da Psicologia no campo educacional: diagnosticar e intervir junto a alunos-problema. Dos problemas de aprendizagem, pouco se considerava que os mesmos pudessem ter uma explicação baseada no contexto social, nas dificuldades escolares como um todo ou mesmo nos empecilhos sociais e políticos de nosso país. As teorias da aprendizagem desenvolvidas pela Psicologia localizavam as explicações dos distúrbios da

aprendizagem exclusivamente nos próprios alunos e em suas famílias, consideradas, muitas vezes, desajustadas, “[...] desorganizadas e desestruturadas.” (ANDALÓ, 2008, p. 156).

Deste modo, o lugar ocupado historicamente pelas teorias psicológicas, bem como pelas práticas psicopedagógicas delas decorrentes na rede de ensino, acabaram por produzir este processo de psicologização da educação, ou seja, quando os problemas educacionais são reduzidos, quase exclusivamente, a problemas psíquicos individuais ou familiares. (COIMBRA, 1995). E, com isso, a Psicologia acabou construindo um longo percurso de legitimação dessas práticas psicologizantes, adaptacionistas e de exclusão.

No entanto, contemporaneamente, este mesmo percurso vem sendo questionado, repensado e reformulado por novas teorias e práticas que buscam inserir o social como pilar importante a sustentar as explicações de problemas relacionados à aprendizagem e à educação. Estas teorias contemporâneas procuram analisar as situações educativas em sua complexidade, considerando-as em seus diversos aspectos, como sociais, políticos, econômicos, culturais, institucionais e, também, psicológicos.

Tendo em vista estes novos arcabouços teóricos desenvolvidos pela Psicologia em sua interlocução com a Educação, acredita-se que o campo psicológico possa, contemporaneamente, contribuir muito mais para refletir sobre as problemáticas educacionais e sobre as dificuldades que perpassam o fenômeno do aprender. Assim, buscamos, neste trabalho eminentemente teórico, responder à problemática sobre as reais contribuições da Psicologia ao campo da Educação Básica considerando o fenômeno da psicologização da educação que marcou a história da atuação do psicólogo escolar.

Para arriscar responder as questões que norteiam este trabalho, foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica, buscando nas bases de dados artigos que demonstrassem contribuições da Psicologia à área da Educação Básica, em seus níveis infantil, fundamental e médio, considerando-a fundamento crucial para o desenvolvimento pleno e libertário do sujeito e que colocassem em questão a atuação do psicólogo escolar diante da psicologização dos problemas de aprendizagem.

A formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças. (BRASIL, 2013, p. 4).

Entende-se que a Psicologia só poderá contribuir à Educação Básica se buscar, através de um olhar histórico e social sobre suas teorias e práticas, um modo pensar e de operar que procure romper com sua história de adaptação e de ajustamento, pois é assim que irá contribuir para que os alicerces principais da educação possam ser de fato constituídos: a valorização das diferenças e o fortalecimento da cidadania.



METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (1992), caracteriza-se pelo levantamento de bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com grande parte do material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o pesquisador na análise de suas questões ou na construção de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

A metodologia dessa pesquisa bibliográfica foi a Revisão Narrativa de Literatura. A Revisão da literatura é o processo de busca, análise e descrição de um corpo de conhecimentos na procura de respostas a algumas questões e problemáticas específicas. A literatura, neste caso, cobre todo o material relevante que é escrito sobre a temática: livros, artigos de periódicos, registros históricos, relatórios governamentais, teses, dissertações e outros tipos de fontes.

Como tipo específico de Revisão de Literatura, a revisão narrativa não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. (CORDEIRO et al., 2007). Neste caso, acrescentam os autores, a busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. A revisão narrativa

Apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas ao viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva. (CORDEIRO et al., 2007, p. 429).

Deste modo, o método do estudo foi a revisão narrativa, principalmente porque o problema constitui-se de uma temática aberta (CORDEIRO et al., 2007), ou seja, as possíveis contribuições da Psicologia à área da Educação Básica. E, desta forma, foi realizada uma busca das principais produções sobre a temática nas bases de dados eletrônicas Scielo e PePsic, por meio das palavras-chave “psicologia” e “educação básica”. Esta busca bibliográfica priorizou os últimos cinco anos, mas não se deteve temporalmente a este período, uma vez que foram encontrados poucos registros da temática no período selecionado. Recorreu-se, portanto, a outros artigos, textos e livros, buscando autores com pensamento teórico que pudessem fornecer auxílios relacionados ao tema proposto.

Como critério de inclusão nesta revisão bibliográfica e também para posteriormente realizar a análise dos dados, foram priorizados artigos que considerassem a importância da psicologia no âmbito da educação básica, sendo descartados os artigos que focalizassem o

ensino superior, técnico ou à distância. Para a análise e discussão dos dados obtidos na revisão bibliográfica, foram selecionadas duas grandes temáticas: “Recortes históricos sobre a atuação da Psicologia na Educação” e “Contribuições da Psicologia à Educação Básica”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RECORTES HISTÓRICOS SOBRE A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Primeiramente, cabe observar que, conforme Marinho-Araújo e Almeida (2014), a Psicologia em interlocução com a Educação no Brasil tem um longo percurso histórico que remonta do final do século XIX, principalmente a partir do desenvolvimento de instrumentos psicológicos de medição e classificação de distúrbios relacionados à aprendizagem em contextos formais de educação. Nesta direção, alguns testes psicológicos foram criados com o intuito de “[...] classificar crianças com dificuldades escolares e propor a elas métodos especiais de educação, a fim de ajustá-las aos padrões de normalidade definidos por aquela sociedade.” (YAZLLE, 1990, p. 14).

Este início marcou a psicologia relativa à educação em sua função eminentemente técnica, ou seja, seus conhecimentos eram utilizados, basicamente, para o diagnóstico e intervenção junto a alunos com dificuldades escolares. Esta demanda advinda do campo educacional passou a ter na Psicologia uma importante interlocutora e colaboradora. Antunes (2008) acrescenta que tais propósitos tornaram a Psicologia e a Educação intimamente relacionadas desde então:

Pode-se afirmar que o processo pelo qual a Psicologia conquistou sua autonomia como área de saber e o incremento do debate educacional e pedagógico nas primeiras décadas do século XX estão intimamente relacionados, de tal maneira que é possível afirmar que psicologia e educação são, historicamente, no Brasil, mutuamente constituintes uma da outra. (ANTUNES, 2008, p. 471).

Assim, a psicologia em interlocuções com as práticas educativas teve, inicialmente, um papel eminentemente clínico ao adotar modalidades terapêuticas de ações e intervenções no âmbito da educação. Por meio desta atuação, foram sendo cristalizadas formas de entendimento das dificuldades escolares cujas explicações recaíam sempre no modo individualizante de compreensão das questões educacionais, ou seja, no próprio sujeito que não aprende ou, no mais, na família da qual provinha.

Esta perspectiva denominada de psicologização da educação responsabilizava o aluno e sua família pelos problemas de desempenho escolar, reduzindo todos os problemas pedagógicos de aprendizagem a dificuldades emocionais e psicológicas individualizantes.



Coimbra (1995) mostra o quanto a psicologização dos problemas sociais passa a fazer parte do cotidiano das camadas urbanas a partir dos anos 70 no Brasil. Diz a autora:

Aumentam a preocupação e o investimento com as questões relativas ao interior e o conhecimento de si mesmo torna-se uma finalidade, em vez de um meio para se conhecer o mundo. Esta visão intimista é extremamente valorizada a partir dos anos 70, quando a realidade social, o domínio público, são esvaziados e desprovidos de sentido. O único sentido está no privado. (COIMBRA, 1995, p. 34).

Identifica-se neste quadro social e histórico os fundamentos da problemática da psicologização do universo pedagógico, uma vez que a psicologia e suas teorias foram chamadas a responder às demandas escolares por resolução de problemas psicológicos de aprendizagem. E, através da produção de conhecimentos acerca da criança, do desenvolvimento infantil, das maneiras de aprendizagem, a psicologia foi sendo consolidada no campo educacional.

Marinho-Araújo e Almeida (2014) salientam o quanto esta perspectiva da psicologia passou a ser criticada no contexto brasileiro principalmente a partir dos anos 80, quando os fundamentos psicológicos da educação passam a ser revistos tendo em vista os novos conhecimentos e produções da psicologia em suas práticas educativas. É neste período que passa a circular uma compreensão histórica e social do homem, dando subsídios para que a produção de conhecimentos no âmbito educacional pudesse, aos poucos, inserir o social como pilar importante a sustentar as explicações de problemas relacionados à aprendizagem e à educação.

A partir dos anos 80, portanto, começam a surgir novas teorias e práticas no campo da psicologia em interlocução com a educação, buscando analisar as situações educativas em sua complexidade, considerando diversos aspectos, como sociais, políticos, econômicos, culturais, institucionais e, também, psicológicos. A própria compreensão sobre o fracasso escolar passa a considerar uma complexa interação de elementos. (PATTO, 2000).

Foi sendo delineado, desde então, um complexo quadro de relações entre o campo psicológico e o educacional “[...] marcado por encontros e desencontros entre a Psicologia e a Educação, face às diferentes posições ideológicas, conceituais e práticas.” (MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2014, p. 15). Tal conjuntura contribuiu e segue contribuindo até os dias de hoje, para o fortalecimento de debates entre as áreas da Psicologia e Educação.

A partir disso, inaugura-se no contexto brasileiro um período de discussões sobre novas temáticas, como o cotidiano escolar, as relações institucionais na escola, o papel das avaliações dos processos escolares, violências na escola, relações professor-aluno e outras. Estas novas tematizações passam a ser importantes para refletir sobre a complexidade do



processo de construção de aprendizagens escolares, não ficando mais circunscritas apenas às questões relativas à individualidade do sujeito que aprende.

Em uma perspectiva contrária à psicologização dos problemas de aprendizagem, passa-se a questionar, por exemplo, o próprio conceito de fracasso escolar, entendendo-o como efeito de um modo de produção capitalista que promoveria a técnica em detrimento da ética e que teria como resultado a produção de práticas de exclusão social. (MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2014). Passou-se, assim, a enfatizar a dimensão social dos problemas escolares, buscando denunciar, inclusive, a insuficiência de políticas públicas educacionais voltadas à formação integral de cidadãos.

A partir da década de 80, portanto, novos compromissos da Psicologia com a educação brasileira passam a ser assumidos, buscando romper com os processos de individualização e de psicologização da educação. Martinez (2009, p. 169) afirma, como compromisso prioritário para os psicólogos que trabalham em contextos educacionais "[...] a efetivação das mudanças necessárias que demanda a melhoria da qualidade da educação no país." Assim,

Pesquisar a escola, as relações escolares e o processo de escolarização a partir dos anos 1980 significou pesquisar uma escola que foi e está sendo atravessada por um conjunto de reformas educacionais, fruto de políticas públicas no campo da educação escolar. (CFP, 2013, p. 33).

Entende-se que houve significativa ampliação dos debates entre psicologia e educação, bem como a conquista de importantes políticas públicas no campo educacional brasileiro, entretanto, o Conselho Federal de Psicologia (2013) aponta que, apesar de surgirem novas dificuldades no campo da Psicologia e da Educação, um desafio ainda permanece: repensar sobre a atuação do psicólogo diante da “[...] manutenção de concepções preconceituosas a respeito de estudantes e suas famílias, oriundos das classes populares.” (CFP, 2013, p. 33).

Entende-se que o preconceito, como um juízo de valores previamente concebido, recorrente entre os diversos atores escolares, também persiste na prática cotidiana do psicólogo escolar na atualidade. (AQUINO, 2008). O preconceito está atrelado a uma dificuldade em pensar e lidar com a diversidade, ou seja, a não aceitação de que o outro possa ter outras maneiras de ser, ou possa se valer de outras formas de pensar, sendo que a construção destes valores preconceituosos podem levar, ainda, a atitudes discriminatórias e de exclusão. O problema da psicologização da educação, ainda perpetrada por psicólogos escolares, denota, de fato, uma dificuldade de entender e aceitar a diversidade de maneiras de viver, uma dificuldade de conceber a diversidade de construir-se enquanto sujeito na escola, o que pode levar a uma atuação preconceituosa que, no limite, pode nutrir uma ampla gama de discriminações e exclusões no contexto escolar.

Segue, portanto, a exigência de um trabalho que possa contribuir para desconstruir estes preconceitos no campo da educação, ampliando o espectro de entendimento dos

problemas escolares e educacionais e, de certa forma, manter vivo o debate iniciado nos anos 80, afinal, como constata Carvalho (2011), as questões abertas pela democratização do acesso à escola, tais como o fracasso escolar de crianças de classes populares, continuam atuais.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA À EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Básica engloba a educação infantil, fundamental e média como um direito de todo cidadão brasileiro, assegurado a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), pela Lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (BRASIL, 1990) e reforçado através da Lei 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (BRASIL, 1996). Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013):

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, sócio-emocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional. (BRASIL, 2013, p. 17).

Considerada como o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, a Educação Básica deve priorizar o sucesso escolar com qualidade social, científica e cultural. Neste sentido, ela passa a fazer parte importante de um “[...] projeto de Nação em consonância com os acontecimentos e suas determinações histórico-sociais e políticas no mundo” (BRASIL, 2013, p. 16), que requer, dentre outros aspectos, a democratização da educação e uma sólida cidadania da população brasileira, “[...] o que implica igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.” (BRASIL, 2013, p. 16).

É a partir destes pressupostos que se propõe refletir sobre as possíveis contribuições que a Psicologia pode oferecer à Educação Básica na atualidade, considerando o histórico da atuação da psicologia escolar marcado pelo fenômeno da psicologização dos problemas educacionais. Aqui, faz-se uma importante ressalva: não se pretende reduzir as contribuições da psicologia ao campo educacional à atuação do psicólogo, tendo em vista os inúmeros estudos acerca da Psicologia como ciência a apoiar os educadores e os estudos no âmbito do ensino². O que se pretende aqui é refletir sobre as contribuições da atuação da psicologia escolar à Educação Básica, com propósito mesmo de repensar essa atuação diante da psicologização dos problemas educacionais.

Posto isso, uma primeira e, provavelmente uma das mais importantes destas contribuições talvez seja repensar sobre algumas demandas específicas da escola, tal como ela coloca. Isto significa que, diante do pedido da escola, de seus professores e conselhos,



para que a Psicologia venha resolver os casos de alunos com problemas de aprendizagem, seja questionado:

Será que este é o caminho certo a seguir? Será que a contribuição a ser dada pela Psicologia deve ir no sentido de prestar um serviço sem questionar se ele, de fato, é o mais adequado naquela situação? Não se estará, ao agir assim, auxiliando na acentuação do que hoje já se considera como sendo a Psicologização do cotidiano da Escola? Não se estará favorecendo o aumento, ainda maior, de crianças encaminhadas para atendimento psicológico, em função de comportamentos rotulados como 'distúrbios' que exigem a atenção do especialista, quando, na verdade, eles são situacionais e muitas vezes característicos de determinadas fases do desenvolvimento, ou da transição de uma para outra? (BIASOLI-ALVES, 1997, p. 78).

Talvez a contribuição fundamental da Psicologia seja, ao invés de imediatamente diagnosticar, tratar ou encaminhar estes casos específicos, fazer com que o ambiente escolar e educacional possa refletir sobre estas demandas. Torna-se crucial que se repense sobre os processos de psicologização das dificuldades escolares, buscando tornar explícito o que subjaz neste pedido por uma solução: um processo de discriminação e de exclusão social. Entende-se que isto, de fato, não esteja de acordo com as diretrizes de uma educação que se propõe a respeitar e valorizar as diferenças. (BRASIL, 2013). Afinal, “[...] se nos aproximamos de uma escola para dar solução aos problemas, se aceitamos tal lugar, entramos na trama que amarra o cotidiano nas questões postas.” (CFP, 2013, p. 44).

Neste sentido, e levando-se em conta as considerações históricas feitas anteriormente, aponta-se para o questionamento do lugar ocupado historicamente pelo psicólogo na rede de ensino, onde este profissional foi (e ainda é) chamado pelo campo pedagógico como especialista e técnico, a responder aos impasses que a instituição escolar enfrenta, principalmente aqueles relacionados ao processo de psicologização da educação. Assim,

A contribuição essencial que [a Psicologia] pode dar à educação que se vê às voltas com a inclusão está na defesa da formação de homens culturais comprometidos com a sociedade, com a coletividade não alienada. Para tanto, sua formação deve instrumentalizá-lo para atuar estabelecendo relações entre: mundo objetivo e subjetividade; estágios civilizatórios e propostas educacionais; inclusão escolar e exclusão social. Conteúdos como esses permitem a esse profissional um estado de maior consciência da sua ciência e profissão e das possibilidades de outro devir educacional e societário para todos os indivíduos, com e sem deficiência. (BARROCO; SOUZA, 2012, p. 112).

Neste sentido, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2010) defende que:

O psicólogo atue como mediador nas tensões e conflitos produzidos nas relações entre os atores da escola, fortalecendo pessoas e grupos na promoção de autonomia e na superação das adversidades, considerando as condições objetivas e subjetivas dos processos psicossociais; que o psicólogo atue junto com a equipe pedagógica com o objetivo de entender o fenômeno educativo na sua dimensão institucional. (CFP, 2010, p. 13).

As contribuições da Psicologia à Educação devem contemplar o fortalecimento de pessoas e grupos envolvidos com as questões e práticas educativas, através da promoção de interlocuções entre as diversas instâncias e setores educacionais, considerando os saberes acumulados e suas implicações no cotidiano educacional, devendo-se “[...] favorecer a autonomia dos sujeitos e a melhoria das práticas pedagógicas, por meio do diálogo com os diferentes agentes da escola.” (SANT’ANA; GUZZO, 2016, p. 197).

Nesta direção, torna-se importante pensar que o psicólogo na escola tem uma contribuição fundamental de, ao invés de propagar e intensificar processos de exclusão e de preconceitos, ser aquele personagem a sempre recolocar, a todo momento e em todas as situações escolares, a importância dos sujeitos em questão. O psicólogo como aquele que busca não apenas aceitar a diversidade, mas valorizá-la em nome da construção de sujeitos ativos e protagonistas de suas histórias.

Valorizar saberes que os alunos trazem de suas vivências cotidianas e de suas relações familiares torna-se fundamental para uma prática educativa que se deseje constitutiva de pessoas cidadãs. De fato, não existe cidadania sem participação e sem a construção de um espaço para poderem ser ouvidas. Por meio de diversas ações escolares e de um olhar e escuta atenta do psicólogo, a escola pode ser este lugar; a escola pode ser, portanto, um espaço favorável ao fluxo da autonomia pessoal ou coletiva.

E, nesta direção, a Psicologia tem muito a contribuir com a escola básica quando se dispõe a produzir e/ou fortalecer espaços coletivos para pensar e refletir sobre as situações e conflitos que incidem no âmbito escolar. Neste sentido, aponta Rocha (2008):

Partiremos do pressuposto de que a escola é uma rede complexa de ações e proposições em que se constrói uma diversidade de caminhos possíveis de serem trilhados, dentre os quais as sucessivas práticas de exclusão do que não se encaixa nas expectativas construídas nas tradições e/ou nos novos manuais de produtividade, sendo o sufocamento do coletivo um dos principais efeitos. (ROCHA, 2008, p. 478).

Entende-se que é juntamente na coletividade que se localizam as fontes e ferramentas para romper com preconceitos, com processos de discriminação que perpassam o cotidiano da escola básica, processos que fazem localizar nos próprios alunos e em suas condições sociais as origens de problemas escolares e de aprendizagem. E, assim, uma das principais contribuições que a Psicologia pode fornecer à escola básica é, ao assimilar as críticas a seu próprio processo histórico, colocar-se como uma ferramenta de luta contra preconceitos, contra processos de exclusão, contra processos de psicologização e contra todas aquelas formas que não permitem a construção de sujeitos protagonistas de suas vidas e de seus processos de formação educacional.

É importante ressaltar que no fortalecimento dos grupos, também o grupo de educadores deve ser valorizado, favorecendo o debate sobre as dificuldades enfrentadas no



trabalho de educar, dando margem a que se possa considerar e refletir sobre possíveis condições de opressão que os educadores estejam submetidos.

Outras contribuições incluem a colaboração na formação continuada de professores e a participação na construção e avaliação contínua do projeto político-pedagógico das escolas, conforme menciona o Conselho Federal de Psicologia. (CFP, 2010, p. 13). Quanto a isto, Sant'Ana e Guzzo (2016) lembram o quanto existem correlações de forças, conflitos e tensões no espaço escolar e que

A explicitação dos conflitos é um aspecto necessário à construção do projeto político-pedagógico da escola, pois permite que estratégias de enfrentamento sejam elaboradas, configurando-se, sobretudo, como um instrumento de organização, de problematização e de mudança. (SANT'ANA; GUZZO, 2016, p. 201).

Nesta direção, a psicologia poderá contribuir com a educação básica ao construir novos espaços de discussão e de compreensão dos problemas educacionais, buscando dar voz aos diversos atores e grupos que constituem o espaço da educação básica, dentro e fora da escola. Além disso, como sugestão das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013), a própria escola deve ser repensada, como um todo e o psicólogo tem o desafio de contribuir nesta reconstrução do espaço escolar:

A escola, face às exigências da Educação Básica, precisa ser reinventada: priorizar processos capazes de gerar sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais e, ao mesmo tempo, capazes de intervir e problematizar as formas de produção e de vida. A escola tem, diante de si, o desafio de sua própria recriação, pois tudo que a ela se refere constitui-se como invenção: os rituais escolares são invenções de um determinado contexto sociocultural em movimento. (BRASIL, 2013, p. 16).

A escola torna-se um lugar a ser reinventado e reinterpretado por todos aqueles que compõem este espaço e a psicologia tem grandes desafios nesta tarefa de reformulação cuja contribuição torna-se fundamental ao buscar garantir a multiplicidades de olhares sobre as questões, a diversidade de modos de aprender e de ensinar e a própria diversidade cultural que permeia os espaços educativos.

Apesar das diversas críticas a que a instituição escolar já recebeu (MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2014), de ser um espaço disciplinar de enquadramento, de controle e de captura da diversidade dos sujeitos, a mesma tem uma função social e política importante, podendo se constituir como espaço singular e privilegiado onde mudanças podem tomar forma. Apesar de tudo, a escola pode se tornar um espaço onde se desenvolvem relações que favorecem e potencializam os atores que nela circulam e esta reconstrução pode e deve fazer parte da agenda de trabalhos do psicólogo na educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do percurso histórico realizado, percebe-se o quanto a atualidade vem exigindo da psicologia novas posturas de enfrentamento das questões relacionadas à Educação. A psicologia encontra-se hoje diante da importante condição de ter de inventar outras formas de atuar no âmbito educativo, colocando em questão as demandas psicologizantes baseadas na perspectiva da adaptação e do ajustamento, tão fortemente enraizada ao papel atribuído à psicologia em interlocução com a educação.

Neste sentido, uma das grandes contribuições que a Psicologia pode oferecer à área da Educação Básica é desconstruir a perspectiva de que a aprendizagem é apenas responsabilidade do aluno, bem como os problemas que podem surgir deste processo de aprender.

Assim, considera-se importante contribuição que a psicologia busque construir junto aos educadores outras compreensões e determinantes para as problemáticas educacionais, lutando contra a rotulação de uma gama imensa de atitudes e comportamentos de crianças e adolescentes considerados “difíceis”, “problemáticos”, “emocionalmente perturbados” ou advindos de famílias igualmente problemáticas ou desestruturadas.

Retirar a exclusiva responsabilidade do aluno e de suas famílias por todos os problemas educacionais é lutar contra a exclusão. A educação básica precisa, para ser fortalecida, que se busquem meios para repensar sobre os preconceitos e injustiças.

Finaliza-se este trabalho considerando que uma importante contribuição da psicologia no âmbito da educação básica talvez esteja na assunção de compromisso de uma postura crítica na escola e de luta pelas transformações que se fazem necessárias. É só assim que conseguiremos atingir uma educação básica capaz de respeitar e valorizar as diferenças e exercer o direito à cidadania.

REFERÊNCIAS

ANDALÓ, C. S. A. Psicologia e educação. In: ZANELLA, A. V. et al. (Org.). **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2018.

AQUINO, J. G. Ética na escola: a diferença que faz diferença. _____. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2008. p. 135-151.



BARROCO, S. M. S.; SOUZA, M. P. R. Contribuições da psicologia histórico-cultural para a formação e atuação do psicólogo em contexto de educação inclusiva. **Rev. Psicol. USP**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 111-132, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42164>>. Acesso em: 19 set. 2018.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Contribuições da psicologia ao cotidiano da escola: necessárias e adequadas? **Revista Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12-13, p. 77-97, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1997000100007>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Lei n. 8.069/90 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 15 maio 2016.

BRASIL. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 maio 2016.

CARVALHO, J. S. F. A produção do fracasso escolar: a trajetória de um clássico. **Revista Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 569-578, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v22n3/aop2411.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre. Rio de Janeiro: Ed. Oficina do Autor, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Contribuições da psicologia para a CONAE**. Brasília: CFP, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. Brasília: CFP, 2013.

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1-2, p. 428-431, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcbc/v34n6/11>>. Acesso em: 19 set. 2018.



GOULART, I. B. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; ALMEIDA, S. F. C. **Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARTINEZ, A. M. Psicologia escolar e educacional: compromissos com a educação brasileira. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 168-178, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100020>. Acesso em: 19 set. 2018.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

ROCHA, M. L. Inclusão ou exclusão? Produção de subjetividade nas práticas de formação. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 477-484, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n3/v13n3a08.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

SALVADOR, C. C. (Org.). **Psicologia do ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SANT'ANA, I. M.; GUZZO, R. S. L. Psicologia escolar e projeto político-pedagógico: análise de uma experiência. **Psicol. Soc**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 194-204, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n1/1807-0310-psoc-2015aop004.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

YAZLLE, E. G. A formação do psicólogo escolar no estado de São Paulo: subsídios para uma ação necessária. 1990. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

WOOLFOLK, A. E. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Notas

¹ Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Curso de Psicologia e do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana (UFN), de Santa Maria-RS.

² A título de sugestão de leitura quanto a este aspecto: Goulart (2001), Salvador (2000) e Woolfolk (2000).

Submetido em: 16/05/2018

Aprovado em: 22/09/2018

Publicado em: 18/12/2018